

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

A Atual Situação do Ensino da PMGO

Oficial-Aluno: José A. dos Santos

MONOGRAFIA CTE-81

Goiânia, 06/1991

JOSÉ ARQUINO DOS SANTOS

A ATUAL SITUAÇÃO DO ENSINO NA PMGO

Trabalho apresentado como exigência parcial do Título de Técnico em Ensino, pela Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Professor Osório José da Silva.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Goiânia - 1991

Dedido este trabalho a minha mãe,
meu pai, minhas irmãs e meu ir-
mão (im memorian).

"O homem vale pelo que pensa,
pensa pelo que sabe
e sabe pelo que lê"

(R. BARBOSA)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos proporcionar forças suficientes, para a conclusão deste curso.

Aos meus familiares e amigos, pela compreensão a mim dispensada.

Ao Sr. 1º TEN PM Carlos Antônio Borges, pela orientação especial, na condução do nosso trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
I - O PROFESSOR E SEUS ATRIBUTOS.....	10
1 - Conceito de Professor.....	10
2 - Conceito de Aluno.....	10
3 - Conceito de Educação.....	11
4 - Atribuições do Professor.....	11
II - HISTÓRICO DO ENSINO NO BRASIL, DA COLÔNIA A REPÚBLICA.....	15
1 - Período Colonial.....	15
2 - As Reformas Pombalinas.....	16
3 - A chegada da família real à Colônia.....	17
4 - Fase Republicana.....	19
5 - A Socialização do Ensino.....	20
III - O ENSINO NA PMGO.....	23
1 - Um breve retrospecto histórico.....	23
2 - Funcionamento do ensino na APM.....	23
3 - O Ensino e sua finalidade.....	28
4 - A Formação do Instrutor na PMGO.....	29
4.1 - Do Oficial.....	29

4.2 - Do Sargento.....	33
5. Seleção do Corpo Docente.....	34
5.1 - Para a APM.....	34
5.2 - Para o CFAP.....	35
IV - CRÍTICAS À SITUAÇÃO VIGENTE.....	36
V - ESPECIALIZAÇÃO DO INSTRUTOR.....	39
1 - CTE para Oficiais.....	39
2 - CTE para Sargentos.....	41
CONCLUSÃO.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	45

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem o objetivo de ratificar aquilo que todos os integrantes da nação brasileira têm conhecimento, e que pouco, ou nada têm feito para minimizar a situação. Desta feita, iniciamos falando, a grosso modo, de como teve início o processo de educação no Brasil.

Cercado de interesses, alheios ao objetivo de educar um povo para que no futuro viesse a se tornar um país de primeiro mundo, culto e uma superpotência, o processo inicial de educação no Brasil Colônia, iniciado em 1549, surge em decorrência da necessidade de manutenção da posse das riquezas aqui existentes, tão necessária à nobreza da metrópole.

O ensino na PMGO será retratado desde o seu nascimento, quando ainda era realizado de forma empírica e aleatória, passando pelos diversos estágios em que os bons ventos sopravam mais contra que a favor, somente resistindo às intempéries do tempo, em razão do arrojo e persistência de grandes homens que por aqui passaram e da necessidade de se habilitar o PM para colocá-lo a serviço de uma sociedade cada vez mais exigente e menos compreensiva, que não é capaz de ver como um ser huma-

no, o nosso soldado; logo, não pode entendê-lo, pois se esquece que ele foi extraído da sociedade, e que dentre os que se candidataram ele foi um dos melhores.

Num estágio mais avançado citamos como se iniciou a formação de graduados e até mesmo de oficiais, para posteriormente falarmos do ensino voltado para um objetivo concreto, ou seja, algo consistente e digno de ser levado a sério sem sofrer solução de continuidade e mais ao nível da mencionada exigente sociedade. Chegando a um momento em que se forma o graduado e oficial, procurando habilitá-los para funções atinentes às seções técnicas de ensino e proporcioná-los habilidades para as atividades de magistério.

A seleção do corpo docente é vista de forma ainda que superficial, porém, na melhor das intenções, procurando abordar aspectos que mesmo sendo de conhecimento de todos, é relegado a um plano inferior, tratada com um certo descaso.

Na tentativa de levantar os pontos a serem analisados, discutidos e se preciso melhorados, teceremos uma crítica acerca de como está o funcionamento do ensino na PMGO, abordando aspectos que entendemos serem de relevância para o desenvolvimento e engrandecimento de nossa instituição, procurando elevar cada vez mais o nível não só do ensino, mas da estrutura da corporação, colocando-a ao nível das grandes polícias militares do Brasil.

Vamos também falar de algo que é bastante recente,po

rém faz parte de um sonho muito antigo, que é a especialização do homem em determinada área, mesmo que não trabalhe somente nela, em virtude do atual pensamento de que o PM é polivalente. O assunto tratado é a especialização do instrutor, que a partir daí terá condições de melhor doar-se à corporação, tanto a nível de oficiais como de sargentos.

I - O PROFESSOR E SEUS REQUISITOS

1. CONCEITO DE PROFESSOR

Podemos conceituar o que vem a ser professor, na medida do possível e dentro de uma abordagem humanista com tendências progressistas, como ^{O INSI/PROF}sendo aquele "profissional cuja conduta, auto-domínio e entusiasmo lhe abona a se colocar na condição de auxiliar o aluno a adquirir compreensão interna, percepções e relação entre as coisas, logo, é um orientador, organizador, animador e guia do processo ensino-aprendizagem"¹.

2. CONCEITO DE ALUNO

Falar daquele que ensina sem mencionar o aprendiz, é algo por nós visto como pura incoerência, pois ambos se completam, desta forma, procuraremos definir o que vem a ser o aluno, e de uma maneira bem simples, nós o definimos como sendo aquele que deve buscar exercitar a sua liberdade de decisão sobre aquilo que conscientemente acredita ser o que se deve a-

1. GIUSEPPE, I Nêrici, Didática Geral Dinâmica, São Paulo, 10ª Edição, Editora Atlas S/A - 1989, 24-5 pp.

prender, e que venha de encontro a seus anseios, necessidades e que lhe trará mudança na percepção de si próprio em termos de seu lugar no mundo e percepção de como funciona a sociedade na qual está inserido.

3. CONCEITO DE EDUCAÇÃO

V É um processo que objetiva; levar o ser humano de encontro com a realidade, tornando-o senhor de seu próprio destino, abrir-lhe os olhos para a sua condição social, para as inéditas situações, que para serem superadas precisam ser conhecidas, e tal conhecimento tem sua origem no saber pesquisar, que por sua vez está inserida na educação, somente desta maneira o correrá um melhor conhecimento de si mesmo, da sociedade a que pertence e da melhor maneira de atingir seus objetivos.² //

4. ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR

Sendo um elemento fundamental na formação de cidadãos, compete-lhe em primeiro lugar, nunca desprezar sem uma profunda análise, as diversas teorias de aprendizagem reinan-tes, mesmo aquelas consideradas inservíveis para o momento , pois, dependendo do objetivo a se conquistar, um simples ajuste onde se fizer necessário poderá prestar relevante contribuição ao atingimento dos objetivos atuais. O uso do bom senso é sempre recomendável, porém, nunca procurar resolver todos os problemas relativos a ensino, sem uma breve consulta à psicologia, pois esta sim, nos permite uma maior compreensão sobre o

2. Idem

comportamento do homem em determinadas situações.

* O professor deve sempre se preocupar; com o efeito que sua pessoa exerce sobre o aluno, o estado de ansiedade que sua presença causa, para conseguir despertar um sentimento especial, e fazer com que o ambiente seja estimulante e saudável, sem contudo perder a condição de trabalho própria à atenção e concentração, dosando inclusive a quantidade de matéria no tempo disponível.

Influências políticas, econômicas e sociais, nunca deve o professor esquecer-las, pois, de posse do conhecimento acerca delas que ele terá uma concepção de vida e de sociedade que deverá levar ao conhecimento do aluno, logo, vê-se de início quão grande é a responsabilidade do professor, assim sendo, necessário se faz que possua uma compreensão global de todo o fenômeno educativo e das manifestações no âmbito escolar.

* Num campo mais técnico, podemos dizer que o professor tem como missão precípua; estar preparado realmente para o exercício da profissão, sempre atualizado, e para tal, jamais se abster do hábito da leitura, principalmente a que se relacionar com sua área de atuação, não deixando de lado fatos e acontecimentos das demais áreas, e que geralmente estão na boca das pessoas e que por certo, também do aluno, só assim terá condições de satisfazê-lo, mantendo com este o diálogo tão necessário e que por certo alargará sua visão, efetivando desta maneira o encontro do aluno com a sua realidade, e atendendo aos anseios da sociedade.

* Entusiasmo, este deve estar presente em tudo que for o professor realizar, pois será a fonte de estímulo ao aluno, o exemplo a que deve seguir, o refúgio a que recorrerá nos seus momentos de dúvidas, dificuldades, onde o atenderá com a mesma devoção com a qual abraçou a profissão.

A capacidade de reflexão e universalização tem que ser marcante no professor, pois só assim, refletirá no aluno a afeição ao procedimento científico-filosófico de onde passará a ver mais distante com mais profundidade e a ver a realidade num todo e não em partes. Deve possuir bons hábitos de saúde mental, física e social, o que lhe fará dar sentido à sua própria vida, desenvolvendo através de atividades apropriadas as suas potencialidades e tomará consciência de seu papel, suas aspirações, daí participará de sua própria formação já com uma visão horizontal e vertical do que seja a vida e de forma reflexiva enfrentará os problemas cotidianos, sabendo crer em si e nos seus semelhantes.

* O papel didático do professor na verdade compreende uma preparação no sentido de poder orientar a aprendizagem do aluno através de bons métodos e técnicas que o impulsionem à aquisição e elaboração dos conhecimentos, e habilidades, atitudes e ideais que lhe favorecerão a criatividade e disposição à pesquisa, logo, a maior preocupação do professor deve ser a de dirigir a aprendizagem da maneira mais eficaz possível, fazendo com que os resultados sejam obtidos no menor prazo possível e com maior durabilidade, observando que a melhor estruturação é aquela em que a simplicidade se faz presente e os graus de dificuldades aparecem progressivamente, assim sendo o bom de-

sempenho do professor está associado ao bom relacionamento com o aluno, incentivando-lhe; a espontaneidade e confiança, acreditando na sua capacidade de aprender, lançando-lhe gradativamente os desafios e imputando-lhe responsabilidades o que lhe dará sentido social e humano ao seu trabalho, pois perceberá que seu esforço de existir independentemente dos resultados obtidos nas avaliações e que a partir dela é que vislumbrará uma futura profissão sendo útil a si e à sociedade de forma mais autêntica.

Colocando o professor num campo de atuação como orientador, percebemos que seu papel vem ganhando proporções gigantescas e se tornando a cada dia de fundamental importância, visto que a crescente complexidade da vida social impõe enormes dificuldades à família de exercer o seu papel de orientador, logo tal função recai sobre o professor que deverá compreender melhor o educando e também a sua problemática de vida, a fim de auxiliá-lo a encontrar as melhores alternativas para a solução de suas dificuldades e consequentemente obter plena realização e ajustamento à sociedade de forma ativa e responsável. O trabalho de orientador que exerce o professor, melhor se processa fora das horas de aula, onde o contato professor-aluno de forma amigável melhor se estabelece, logo a comunicação melhor se desenvolve, diante disso conclui-se que é um papel de grande relevância e que requer uma certa carga de empatia, compreensão da vida, tolerância e confiança no ser humano, porém o que o torna mais árduo é o fato de o professor ter de ser o mediador entre o educando, a família e a sociedade e até mesmo entre o educando consigo mesmo.

II. HISTÓRICO DO ENSINO NO BRASIL, DA COLÔNIA À REPÚBLICA

1. PERÍODO COLONIAL

Tudo o que está relacionado ao ensino no Brasil, tem a sua origem de uma maneira até certo ponto deprimente, pois está cercada de interesses nada benéficos ao início da educação no Brasil Colônia.

O marco inicial surge com a vinda dos jesuítas que em 1549, trazidos pelo primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, deram início ao processo, porém como foi acima citado, os objetivos eram outros, tais como: a busca de novos adeptos ao catolicismo, ora enfraquecido, tornar o índio mais dócil através da catequese, o que representaria a obtenção de mão-de-obra e por fim formar uma elite cultural na nascente colônia.¹ A permanência dos jesuítas no Brasil se estende até 1759, quando a mudança no pensamento acerca de educação existente na metrópole, resulta na expulsão dos jesuítas. Até por volta de 1580, os jesuítas eram os únicos responsáveis pela educação no

1. ANTÔNIO JOSÉ TOBIAS, História da Educação Brasileira, São Paulo, Editora Juriscredi Ltda., 1972

Brasil e com eles nascem os primeiros colégios que são fundados em São Vicente e Salvador, logo depois outros se espalham pelo litoral brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro, Ilhéus e Recife, ^{Sa} onde a atividade de ensino tem como base o Ratio Studiorum, nesta época o ensino se divide em duas classes: inferior com seis anos e se lecionava: retórica, humanidades e gramática, e a superior com três anos, ensinando: Lógica, moral, física, matemática e metafísica, as aulas eram ministradas através do latim, grego e vernáculo.

2. REFORMAS POMBALINAS

A partir da expulsão dos jesuítas, o Marquês de Pombal, que era político e também muito ocupado e sem qualquer formação filosófica educacional, idealizou a reforma educacional, que decretada pela metrópole e que deveria atingir os três níveis: primário, médio e superior, porém, desde o início, manifesta predileções, onde procura afastar das escolas de ler e escrever, todos os filhos dos pobres e de pessoas do campo, com intuito de não alfabetizá-las, pois temiam que se ocorresse, por certo que deixariam o campo, assim sendo o que lhes eram reservados; serem pescadores, roceiros e outros ofícios como os de seus pais, percebe-se dessa forma que a filosofia de ensino na colônia era anti-democrática e anti-cristã, em virtude de que a instrução, cultura e elevação científica não podiam existir, pois, geraria honras, cargos, dinheiro e valores humanos de pessoas da colônia, o que só poderia acontecer na metrópole.

O marquês de pombal que estirpou os jesuítas da edu-

cação na colônia, na verdade nada colocou em substituição, chegando ao ponto de não dispor de recursos financeiros e humanos para lecionar, lançar mão dos alunos mais adiantados, dando-lhes a missão de ensinar aos demais, esse método foi denominado de lancasteriano, tudo isso sem contar com as enormes dificuldades de fundar escolas de nível médio e com a impossibilidade de se criar escolas de nível superior. Como os filhos dos senhores de engenho e da casa grande seguiriam para a universidade de Coimbra, a educação brasileira entra em colapso, que além de ver a expulsão dos jesuítas, passa a ser leiga, tendendo a laica, os professores rareiam e aceitam o magistério como trabalho inferior e vergonhosamente remunerado, assim tudo no ensino se desloca e não mais se segue pela realidade nacional como no tempo de Nóbrega, a preocupação passaria a ser uma realidade exterior, distante e desconhecadora das necessidades do Brasil, onde a educação européia se torna a força, centro e modelo da educação brasileira, tais acontecimentos se estendem até a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808.

3. A VINDA DA FAMÍLIA REAL

À educação, a partir da chegada de D. João VI ao Brasil - como tal seria vergonhoso para o rei viver em uma Colônia atrasada - far-se-ia necessário fazer explodir a infra e superestruturas sócio-político, inclusive a educacional, e assim iniciar-se uma série de reformas culturais e educacionais, sendo que em 18 de fevereiro de 1808 pela decisão nº 02, criou-se na cidade do Rio de Janeiro, uma cadeira de ciência econômica, pela decisão nº 09 de 05 de maio de 1808, se estabelece a

real academia de guardas-marinha, pelo decreto de 17 de janeiro de 1809, prescreve a maneira pela qual hão de serem providas as cadeiras de ensino público, neste ritmo, sucedem-se notavelmente numerosos, os decretos e as decisões, criando escolas, academias, tipografias, cadeiras e provimentos. A carta de lei de 4 de dezembro de 1810, cria na corte e na cidade do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, a primeira faculdade brasileira.

A primeira escola superior no Brasil² surge em meio a uma turbulência, onde, o rei sem saber e sem querer acaba por criar a primeira faculdade isolada, que se concretizou na Academia Real Militar. D. João VI, que seguindo a política da metrópole, receiava em fundar universidades, temendo que a colônia adquirisse independência, por outro lado, tanto rei, como os que o cercavam jamais estudara o que era universidade, o que era faculdade e qual as suas finalidades e com isso, o aparecimento do ensino superior no Brasil³ se dá tardiamente, e somente em 1912 cria-se a primeira universidade brasileira, a do Paraná, mostrando uma das originalidades de sua educação, enquanto o ensino superior da Europa, Estados Unidos, da América Espanhola e do Canadá constituía-se de universidades plantadas sobre o tronco da Faculdade de Filosofia do Brasil, ela nascia e se estruturava à base de faculdades isoladas, isto é, à base de escolas de nível superior com aulas prematuramente de formação profissional, com espírito profissionalista e exclusivamen

2. ANTÔNIO, J. TOBIAS, História da Educação Brasileira, São Paulo, Ed. Juriscredi Ltda., 1972.

3. Idem

te sedentário só de resultados imediatos, não dando de forma alguma vazão à investigação.

4. FASE REPUBLICANA

Com o advento da República, o projeto nº 157, de Gastão da Cunha, sem nenhuma preocupação especulativa de universidade e com nítidas influências do modelo alemão, estabelece mais uma vez, um conceito empírico e agregacionista de universidade, criando cinco delas, porém seus estatutos não faziam referências à investigação, muito pelo contrário, rezava em seu parágrafo primeiro, que elas teriam por função, ministrarem instrução secundária e superior por intermédio de suas faculdades, e que o ensino continuaria com o caráter iminentemente prático e profissional⁴. Somente a partir de 1931, através do decreto nº 19.851, por proposta de Francisco Campos, que serviu de estatuto inicial da universidade brasileira, é que se começou a existir algo pelo menos teórico e legalmente sobre universidade, também já não mais a conceituava como sendo uma simples reunião de várias faculdades, daí então, o caráter propriamente universitário, passa a permitir que a vida universitária transcendesse aos limites do interesse puramente profissional, desta feita o conceito ora apresentado, representou o que mais se aproximou do autêntico conceito, e através de leis se procurava, cada vez mais endireitar o ensino médio e estruturar pela primeira vez, o ensino superior. Tais leis vão

4. Idem.

preparar a infra-estrutura universitária, que possibilitará o progresso do Brasil de 1960 em diante.

A partir de 1920, duas grandes ideologias passaram a disputar o terreno da educação brasileira, onde a primeira, que era a educação tradicional, herança e legado tanto do mundo cristão medieval quanto da antiga educação luso-brasileira, ministrada especial, ainda que não exclusivamente, nas escolas particulares e de pessoas religiosas; em segundo lugar, a educação nova que identificada com as filosofias sociais-radicais, fixa-se, particular ainda que não exclusivamente, nas escolas oficiais, contudo, outra corrente existia, ainda que fora da escola, mas se caracterizava como uma terceira força, constituída por dois contingentes: de um lado pelo povo, inclusive o povo analfabeto; o outro contingente é a área da educação ministrada pelas forças armadas, sendo que seu ensino seria regulado por lei especial.



5. A SOCIALIZAÇÃO DO ENSINO

A democratização do ensino no Brasil, em tempos e lugares diferentes, iniciou-se como socialização, que acabou por se disseminar Brasil afora. A socialização positivista também se fez presente na educação, por meio de Benjamin Constant, a Deweyana, através de Anísio Teixeira, e com estas muitas outras.

De 1949 em diante, por meio da UNE, Diretórios Acadêmicos, Ministério da Educação e Cultura, política e de profes-

sores, acabou a socialização marxista por liderar as demais , tomando a dianteira do movimento estudantil brasileiro, principalmente o universitário, e sobretudo de 1960 para frente, quando a educação marxista se supôs dona da educação brasileira, onde se podia perceber delírios de estudantes e até mesmo de professores, com tudo isso, o ensino brasileiro se torna uma total escuridão, tornando inevitável o choque provocado pela longa jornada dos equívocos, e que viria mudar o cenário educacional no Brasil, pois o ensino se distanciara demais daquilo que se esperava, provocando distorções, ameaças e perigos que culminariam com a revolução de 31 de março de 1964, feita pelo povo e forças armadas brasileira, baseada nas tradições nacionais, visando em primeiro lugar, o restabelecimento da ordem nas escolas e também a procura da verdadeira autenticidade do ensino nacional.

Em 1969 acontece a reforma universitária, cujas causas buscavam uma limpeza no meio estudantil, onde era considerado reinante a subversão da ordem vigente, surge então uma aliança para o progresso - MEC USAID - Assistência Técnica, os acordos cobriam toda a educação - primária, média e superior , porém as escolas particulares eram as privilegiadas, pois o governo deu um freio nas universidades públicas, enquanto que as particulares expandiam, sob sua tutela, ocasião esta que acontecesse uma corrida monstruosa à procura do ensino superior, que era na verdade uma forma de se conseguir um certo status por parte da classe média. A reforma universitária foi mais um fenômeno quantitativo, modelo das grandes empresas, e suas principais medidas foram: a departamentalização do ensino; matrícula por disciplina, sistema de crédito; cursos básicos, me

nos professores, mais alunos; unificação do vestibular por região e a instituição da pós-graduação.

pensável à prestação de um serviço a altura dos anseios da sociedade e também ao nível de uma instituição já reconhecida legalmente em uma constituição nacional.

O surgimento do primeiro curso regular de soldados , acontece nos meados de 1940, pois, já estava criada a escola de formação de praças, que inicialmente recebera a denominação de Departamento de Instrução Militar (DIM), acontecimento que se dá por força do decreto lei nº 3.287 de 11 de junho de 1940, sendo o seu primeiro diretor, o Major em Comissão Cícero Bueno Brandão, da Força Pública de São Paulo.

Criou-se preliminarmente um curso de emergência para oficiais, com duração de 01 (um) ano, cujo objetivo era atualizar os conhecimentos profissionais dos oficiais que atingiram o oficialato mediante simples concurso, o efetivo do curso era de 15 (quinze) oficiais, nesta época já se começava a registrar a formação dos primeiros quadros dentro da polícia militar, com soldados, cabos e até sargentos. Posteriormente o Departamento de Instrução Militar, passa a receber a denominação de Departamento de Instrução (DI), e pelo decreto lei nº 3.287 /40, cria-se os cursos de formação de oficiais, sargentos e cabos, porém, em razão da enorme carência de instrutores, nos anos de 1942 a 1945, a escola dedica-se tão somente à formação de soldados.

Os bons ventos sopram a favor, e a organização entra num período de melhores condições de pessoal e material, em que o DI, inicia uma nova fase, agora sob a direção do Maj PM Lindolfo Emiliano dos Passos, que restabelece o curso de emer-

gência para oficiais e organiza o curso regular de formação de oficiais com duração de três anos; o curso de formação de sargentos com duração de um ano, de cabos, com duração de 8 meses e de 06 meses para formação de soldados. Tudo já organizado, porém, somente em 1952 é que irá funcionar o primeiro curso de formação de oficiais. Entre 1952 e 1955, formou-se mais duas turmas de oficiais. O período compreendido entre 1955 e 1965, os oficiais da corporação passaram a ser formados por outras polícias, cabendo ao (DI) apenas, formar e aperfeiçoar graduados, bem como a formação de soldados. Em 1966 o (DI), reativou o funcionamento do curso de formação de oficiais, com três anos e o ano de 1968 marcou o início do curso de aperfeiçoamento de oficiais.

APM
Pelo decreto de nº 145 de 11 de junho do ano de 1971 o (DI) passa a denominar-se Centro de Formação de Aperfeiçoamento (CFA). Através do parecer nº 93 de 09 de março de 1989, do Conselho Federal de Educação o CFO foi equiparado aos demais cursos da esfera civil, de 3º grau, em razão de que, o (CFA) passa a denominar-se Academia de Polícia Militar, pelo decreto nº 2.593 de 15 de maio de 1985. Até os idos de 87 a Academia de Polícia Militar (APM) acumulou a formação de oficiais e sargentos, e os demais cursos da corporação (CFC e CFsd) foram distribuídos para as outras unidades.

No ano de 1989, tem início na APM o primeiro curso de formação de oficiais, com bacharelado em Direito, fruto de um convênio firmado entre a PMGO e a Faculdade Anhanguera, o curso tem duração de 04 anos, e a conclusão do curso de direito é condição indispensável à declaração do aspirantado. Ini-

cia-se em 1990 o CFO especial com duração de 02 anos para os alunos já bacharéis em Direito e aos concludentes nos dois anos em que este permanece em formação na APM.

Em 1986, numa tentativa de desafogar a APM, pois possui no seu corpo discente um efetivo gigantesco, e não mais comportando em suas instalações, e também numa tentativa de forçar o nascimento do tão necessário e tão sonhado Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), a escola de Sargentos passa a funcionar nas instalações do Instituto Libertas, embora subordinado à APM, e no ano seguinte, lá permanece, porém subordinado ao 1º BPM.

Em 7 de fevereiro de 1991, através da portaria nº 077-PM/001/PM-1, com o objetivo de melhorar a formação profissional das praças da corporação, foi ativado e instalado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), provisoriamente funcionando nas dependências da APM, em 30 de maio de 1991 deixa as dependências da APM e se instala no quartel do 1º BPM.

2. O FUNCIONAMENTO DO ENSINO NA APM

Atualmente, a APM funciona com os seguintes cursos : CAO, CTE para oficiais, e CFO com turmas no 3º, 2º e 1º ano, e não obstante os enormes contratempos, tem levado a bom termo as suas atividades, vale a pena ressaltar que as dificuldades que mais tem obstaculado o bom andamento do ensino serão agora mencionadas:

- Efetivo; desde a nossa chegada a esta casa de ensino, em 1º de setembro de 1987 e desde o momento em que começamos a nos entendermos por polícia, tivemos o desprazer de verificarmos, que mesmo sendo aqui onde começa a polícia militar, onde se faz o profissional para colocá-lo a serviço da comunidade, um completo descaso, pois o efetivo, já se chegou a um terço do efetivo previsto, com isso presenciamos ainda como alunos, certos oficiais estarem em até cinco funções, uma escala de oficiais com um efetivo de duzentos alunos ser comandada por um capitão recém promovido, sem subcomandante e nenhum subalterno, acumulando-a com outra função e mesmo não sendo isento de escalas de serviço.

- Instalações; somente aqueles que nos últimos anos estiveram alojados no pavilhão destinado aos alojamentos, sabem dizer como se passa mal uma noite, pois, as camas de ferro com seus finos colchões, são capazes de manter o homem acordado durante toda a noite e devolvê-lo ao amanhecer com o corpo cheio de dores, cansaço e sono, só lhe resta então, dormir durante as aulas.

- Salas de aula; apenas duas, se assemelham ao termo empregado, são as existentes no prédio do alojamento do CAO, mesmo assim porque analisamos apenas um requisito, o detalhe da porta na parte posterior da sala.

- Recursos Auxiliares de Ensino; o seu uso na PMGO é em pequeníssima escala, se restringindo a um ou outro oficial que lança mão de tempo que não dispõe, para preparar o material a ser u-

tilizado durante o desenvolvimento da aula, com isso, a aula expositiva é que predomina em nosso meio, onde se procura empurrar sobre o aluno toda uma carga de informações, pois na verdade não se trata de conhecimento, pois este exige de imediato um feed back, enquanto que aquele não.

- O emprego do aluno em escalas de serviço; ainda hoje existe, felizmente numa proporção bem menor que aquela outrora existente, sob pretexto de que se tratava de instrução, sem contudo ter em mãos uma ficha de avaliação, alguém para orientá-lo no sentido da melhor decisão. Durante o período de estágio, o aluno segue para unidades operacionais, onde simplesmente é tido como um mero reforço. Às escalas de serviço, ficando a cargo de um oficial CPU que em razão de seus inúmeros afazeres, não tem a menor condições de acompanhar o aluno naquela frente de serviço, observando todos os itens para avaliação que seguem na ficha para a emissão de conceitos.

3. O ENSINO E SUA FINALIDADE

N Estruturado, visando primordialmente o preparo do homem para o exercício das atividades operacionais, tem em sua finalidade a busca da necessária habilitação para exercício dos cargos e funções previstos em sua organização, objetivando uma melhor educação do policial militar, moldar-lhe o caráter e o físico, capacitando-o para o desempenho de suas funções e fortalecer as convicções democráticas e a crença na lei. *N*

O ensino profissional, encontra-se dividido em três

áreas; o ensino fundamental é aquele destinado a desenvolver a cultura geral nos quadros da corporação, bem como dar base humanística ao preparo do policial militar. O ensino técnico, objetiva assegurar o necessário embasamento técnico aos integrantes da corporação e por fim o ensino de educação física que se destina ao desenvolvimento do preparo físico desportivo do aluno.

4. A FORMAÇÃO DO FUTURO INSTRUTOR NA PMGO

4.1 - Do Oficial

- Ensino de Formação; dentro desta modalidade iniciaremos falando da formação do aluno oficial, requisitos, seleção e matrícula; com a recente mudança ocorrida em 1989, a APM passa a receber alunos para o CFO com 4 anos em que os requisitos são: ser brasileiro, ter a idade máxima de 28 anos até a data da matrícula, para civis, cabos e soldados, subtenentes e sargentos da corporação, idade máxima de 30 anos nas mesmas condições acima mencionadas; obter aprovação no vestibular para o curso de direito com opção para o CFO; ter comprovadamente bom comportamento civil; estar em dias com as obrigações militares e eleitorais; ser aprovado nos exames médicos, psicológicos e físicos e não ter sido desligado de estabelecimento de ensino militar por incompatibilidade ou motivos disciplinares.

A formação de oficial, com apenas dois anos segue o que foi acima mencionado, divergindo apenas no que diz respeito ao candidato já ser possuidor do diploma de bacharel em Direito, ou estar cursando direito em Faculdade do país, com ex-

pectativas de colação de grau dentro desse período. Preenchido todos os requisitos, o até então candidato será matriculado, e começará a frequentar o curso, iniciando uma longa e árdua jornada, onde estará sujeito ao regime disciplinar previsto no RDPMGO e ao RAPM e será constantemente observado em todos os aspectos, para que medidas corretivas possam ser tomadas em tempo hábil, passando a viver em situação de completa instabilidade, pois desde o início do curso até o seu término, poderá ser sumariamente licenciado por conveniência do serviço, independente de ter sofrido punições disciplinares. A frequência do aluno a todos os trabalhos escolares é obrigatória, sendo considerado faltoso à aula, sessão, visita de qualquer outro trabalho, o aluno que chegar após o início da atividade, perdendo dessa maneira um ponto para a falta justificada e dois pontos para aquela falta não justificada.

Ao final do período letivo, o aluno que atingir um número de pontos perdidos superior a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas ministradas por disciplinas, será considerado reprovado, exceto, nas disciplinas de educação física e defesa pessoal em que o limite de faltas será de 50% (cinquenta por cento), se for acidentado durante a instrução ou em serviço.

São consideradas faltas justificadas, aquelas decorrentes de luta, baixa ao hospital, dispensa médica, ou doença de dependente legal, atestado por médico da PM ou credenciado, bem como as motivadas pelo cumprimento de ordem do comandante. As faltas decorrentes de dispensa para tratamento de assuntos de interesse particular são consideradas, para efeito de fre-

quência, como não justificadas, resumindo, somente o comandante, em caso de urgência e comprovada necessidade, poderá dispensar o aluno de qualquer trabalho escolar.

A falta a qualquer processo de verificação da aprendizagem, por motivo justificado, poderá ser realizado em 2ª chamada, mediante solicitação escrita dirigida à direção de ensino, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após cessado o motivo do impedimento para comparecer aos trabalhos escolares, à falta a qualquer prova, sem motivo justificado, será atribuída a nota "0" (zero).

A revisão de prova é facultada ao aluno, quando se julgar prejudicado nas notas obtidas, devendo observar que de início o pedido será feito verbalmente ao professor ou instrutor, no momento em que tomar conhecimento das provas, e em grau de recurso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, deverá fazê-lo por escrito à direção de ensino. No pedido de revisão deverá justificar as razões da atitude tomada, apontando ainda a parte da prova onde aparece as dúvidas e não deve esquecer que o referido pedido, sem causa justificada, poderá ocasionar punição disciplinar ao requerente, a critério do comandante.

O número de verificações varia de acordo com a carga horária de cada disciplina, assim sendo, para aquela com até 39 (trinta e nove) tempos, será aplicada uma verificação única, à disciplina com até 60 (sessenta) tempos, será aplicada uma verificação corrente e mais uma final, àquela, cuja carga horária, for superior a 60 (sessenta) tempos, aplicar-se-á duas ve

rificações correntes e uma final, observando que as disciplinas com mais de uma verificação, terá a VF multiplicada por 2 (dois), somando as demais e dividida pelo total.

Será aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a 50% de pontos em cada disciplina, permanecendo de 2ª época o aluno que, tendo obtido a frequência regulamentar, não alcançar a nota mínima de aprovação até, 2 (duas) disciplinas.

A classificação ocorrerá da seguinte forma: primeira mente os alunos aprovados em primeira época, em ordem decrescente da média obtida no curso e em seguida, virão os aprovados em segunda época, também em ordem decrescente da média obtida no curso.

O trancamento de matrícula de qualquer aluno será regido pelo RAPM.

O CFO é um curso destinado a preparar o aluno, futuro oficial, para o desempenho de funções de comando, por isso, é que o referido curso busca, mesmo que superficialmente dar uma noção geral de toda a estrutura funcional da corporação, proporcionando conhecimentos que propiciem um certo embasamento, desenvolvendo a capacidade de identificar as atribuições e competências várias, para saber agir com correção em qualquer situação, sabendo definir a competência da corporação em sua atividade específica.

4.2 - Do Sargento

A formação do sargento acontece em dois momentos: num primeiro, temos o curso regular, em que os requisitos iniciais são: ser brasileiro, ter idade compreendida entre 18 e 28 anos, estar quite com as obrigações militares e eleitorais, ter concluído o 1º grau, ter bons antecedentes e ser aprovado no exame de seleção, sendo classificado dentro do número de vagas pré-fixadas. Secundariamente vem o curso especial de formação de sargentos, cujas exigências, são: ser cabo PM, e estar classificado no excepcional comportamento, estar classificado por ordem de antiguidade na graduação, não estar sub-judice, ser considerado apto pela junta médica e obter conceito favorável de seu comandante. Os cursos acima mencionados, se destinam a habilitar o aluno futuro sargento para o desempenho das funções inerentes às graduações de 3º e 2º SGT PM, com maior ênfase para a atividade operacional da corporação, sem contudo deixar de lado algum conhecimento acerca da parte administrativa e também alguma coisa sobre o ensino, e desta forma falaremos de algumas disciplinas com seus respectivos objetivos: legislação e regulamento, de suma importância para qualquer área dentro da PM, sendo o seu objetivo, dar o necessário conhecimento dos aspectos fundamentais das leis e regulamentos aplicáveis à instituição, bem como uma noção da organização da PMGO e os direitos e deveres inerentes aos seus integrantes. Noções de direito, busca propiciar ao discente alguns conhecimentos jurídicos pertinentes ao direito penal militar e processual militar; em língua portuguesa, o objetivo é fazer com o discente redija com objetividade, clareza e correção, adquirindo conhecimentos bá-

sicos de domínio da língua portuguesa. A metodologia do ensino, para aquele profissional que for trabalhar com ensino é de vital importância, pois propicia experiência de aprendizagem ao aluno e dá conhecimento de como atuar como professor/instrutor.

5. A SELEÇÃO DO CORPO DOCENTE

Mesmo sendo uma instituição de médio para grande porte, e já tendo como sonho bastante antigo, a criação de um quadro de instrutores, a verdade é que ainda não se tem um critério padrão para a escolha do professor-instrutor, e desta feita o processo se dá aleatoriamente.

5.1 - Para a APM

A Academia que dispondo de grande tradição e um bom conceito dentro da instituição PM, consegue com um pouco mais de facilidade, obter a colaboração de alguns oficiais que tudo fazem em nome do ensino, e assim se esquecem que a gratificação de ensino que deveria ser um fator de estímulo, funciona na verdade comum desestímulo, e partem para o sacrifício, deixando de lado os seus afazeres de seção, os seus poucos momentos de folga com a família, para preparar aulas, elaborar e corrigir provas. O professor civil, tem sido um elemento fundamental para o desenvolvimento e elevação do padrão do ensino na PM, mesmo não sendo bem remunerado, tem sempre demonstrado um grande amor à causa abraçada e evidado grandes esforços no sentido de colaborar com a direção da APM, fazendo com que o ensino seja levado a bom termo. A escolha do professor tem aconte-

cido mediante indicação de alguém que o conhece, e então é convidado a partilhar das agrúrias que vivemos, felizmente se tem tido muita sorte, pois aqueles que aqui chegam tem realmente correspondido, chegando até mesmo a permanecer por muitos anos

5.2 - Para o CFAP

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - (CFAP), tem sido a grande dor de cabeça, pois com inconstância vivida por não possuir sequer instalações, seus oficiais são, sem dúvidas os mais ocupados e dedicados, e por assim pensarmos, é que nós integrantes do CTE 91, nos colocamos à disposição para ajudarmos na formação de algumas, mas via de regra, o instrutor ali vai na condição de escala, pois os recursos existentes estão muito aquém do mínimo indispensável.

O professor civil tem sido um grande colaborador auxiliando na medida do possível, sendo convidado após uma indicação de algum conhecido.

Nas unidades operacionais onde funcionam as escolas de formação de soldados, os instrutores, além de terem os seus encargos administrativos, trabalham no serviço operacional e são obrigados a dar aulas, de acordo com as disciplinas que melhor se identificarem.

IV. CRÍTICAS À SITUAÇÃO VIGENTE

A primeira observação que vamos fazer, se prende ao fato de se introduzir mudanças radicais na corporação, sem estudos suficientemente aprofundados, onde citamos o exemplo da mudança no CFO de 3 (três) para 4 (quatro), que viria ocasionar uma solução de continuidade no processo de declaração de aspirantes que estava acontecendo anualmente, provocando com isso, uma maior escassez de oficiais subalternos na corporação, tudo isso em busca de uma auto-afirmação, que a olho nú se percebia não ser a fórmula certa, pois, polícia militar se justifica por colocar a serviço da sociedade profissionais que saibam realmente o que é serviço de PM, e isso se consegue ministrando no mínimo 70% (setenta por cento) de disciplinas inteiramente sobre polícia militar, mas tudo bem, visto que muitos, de boa vontade, se propuseram a pagar o preço de tais maléficose, com a esperança de verem mudanças para melhor, não encontramos motivos justificáveis para não vermos a conclusão de pelo menos uma turma com quatro anos, se nos disserem que é justificável pelo fato de o aluno não ter condições de conciliar os dois cursos: CFO e Direito, em razão da sobrecarga, financeira, de serviço e de matérias, alegamos que não obstante a perseguições àqueles que assim procediam, muitos conseguiram ,

mesmo dentre os que aí estão, há aqueles capazes de concluir com aproveitamento, os referidos cursos paralelamente, o problema é que alguns resistem ao sistema imposto, não se dedicando ao que se propuseram fazer.

O nível da disciplina na instituição tem caído demais, e não se justifica com palavras do tipo, Tenente não quer nada, pois isso nada mais é, do que um simples chavão, pois, a causa mortis do sistema está na demasiada flexibilidade, onde cada um só quer pensar em ser bonzinho, não se indispor com ninguém, e ir levando a coisa de barriga. precisamos repensar aquilo que nos propusemos a fazer, analisarmos se realmente se cobrarmos com exageros, não obteremos o mínimo indispensável, muitos pregam que o limite da cobrança é o regulamento, entendemos que ela deve ir além. As escolas de formação têm uma parcela de culpa na faixa de 90% (noventa por cento), mas a causa reside em, na maioria das vezes, um único oficial comandar uma escola com um grande efetivo sem dispor de auxiliares para um melhor acompanhamento.

O incentivo dado àqueles que trabalham com ensino, é motivo de repulsa, há necessidade de motivá-lo, mostrar-lhe que suas vantagens são compensadoras, logo, o seu desempenho deve ser o melhor possível.

Dentro do contexto da PMGO, o CFAP é atualmente uma unidade discriminada negativamente, pois atravessa um momento difícil, onde as atenções deveriam estar voltadas para ela e isso não vem ocorrendo, pois na verdade sequer dispõe de inst

lações para condições a seus integrantes de desenvolverem suas potencialidades.

V. A ESPECIALIZAÇÃO DO INSTRUTOR

1. CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO PARA OFICIAIS

Num momento de muita lucidez e também muito feliz, o comando da corporação preocupado com o destino do ensino na Instituição, cria em 1987, o primeiro curso de especialização na polícia militar, e para nossa felicidade é o curso de Técnica de Ensino (CTE), que na primeira turma especializa 18 (dezoito) oficiais. Em 1989, inicia-se a segunda turma, com 07 (sete) Tenentes e 03 (três) Aspirantes. O ano de 1991 registra um considerável avanço no processo de especialização do oficial na área de ensino, estendendo o referido aos oficiais intermediários, não possuidores do CAO.

Estamos falando de um curso em que os objetivos buscados são os melhores, pois objetiva estabelecer uma padronização e difusão de normas técnicas de ensino, promovendo o estudo e a pesquisa de métodos e técnicas de ensino, princípios e normas didáticas, bem como formar nos oficiais, atitudes favoráveis em relação ao estudo, pesquisa e importância do ensino para a polícia militar, e o seu papel de instrutor, em relação ao ensino; mostrar a importância da adequada utilização dos

meios de comunicação, através da expressão corporal e outros meios auxiliares de ensino, ensinando-o a analisar o processo educativo, com fundamentos nas teorias pedagógicas modernas, e como objetivo maior, habilitar oficiais subalternos e intermediários no desempenho das funções de instrutores, na polícia militar, de igualmente habilitá-los a futuros chefes de sessões técnicas de ensino, capacitando-os a administrar e controlar o ensino na corporação.

Das disciplinas existentes no curso, 04 (quatro) são vitais, comunicar em público, com espontaneidade e naturalidade não é uma das mais fáceis tarefas, surge então, a necessidade de de conhecermos a importância da comunicação oral, para aplicarmos os recursos e utilizarmos o corpo como reforço da expressão oral. O conhecimento de métodos e técnicas de ensino que proporcionam uma boa aprendizagem e a obtenção de condições para se organizar e planejar uma aula, compreendendo toda a dinâmica que envolve suas técnicas e estrutura, nos chegam cristalinamente através da tecnologia do ensino, cabendo-nos . apenas, selecioná-las e adequá-las ao momento mais apropriado. A disciplina avaliação da aprendizagem, presta relevante contribuição por orientar no sentido de como organizar e elaborar dentro das técnicas preconizadas, as diversas modalidades de verificação da aprendizagem, sem fugir à consecução dos objetivos estabelecidos para os assuntos, pois a observância desses objetivos, na elaboração dos tipos de itens e na elaboração dos pedidos a serem apresentados aos alunos, é o cuidado fundamental para o atendimento aos requisitos técnicos de montagem de um instrumento de medida. Com grande importância para o atingi

mento dos objetivos particulares de uma disciplina, encontramos nos meios auxiliares do ensino uma maneira de complementar e reforçar o processo de comunicação.

2. CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO PARA SARGENTOS

Iniciado em 1990 com a denominação de CAE, tinha como objetivos gerais, habilitar sargentos no desempenho das funções de monitores e auxiliares de ensino na polícia militar, desenvolvendo a capacidade de utilização dos meios de comunicação, através da expressão corporal e outros meios auxiliares de ensino, bem como desenvolver no graduado, favoráveis atitudes em relação ao estudo, pesquisa e sua importância para a polícia militar. Posteriormente o mencionado curso recebe a denominação de CTE; visto que atualmente o sargento tem a atribuição instrutor e não, tão somente de monitor, como fora citado na parte de objetivos gerais, porém, o currículo ainda não foi alterado, mas o seu funcionamento acontece nos moldes do CTE para oficiais, diferindo no tocante aos objetivos particulares das disciplinas e específicos do assunto, onde citamos como exemplo a disciplina administração do ensino em que o objetivo é dar ao graduado, um conhecimento mais aprofundado, ou seja, a administração do ensino na corporação, de forma a identificar sua sistemática no contexto atual e habilitá-lo a elaborar documentos básicos e indispensáveis ao planejamento do ensino, e como objetivos específicos, identificar e analisar as atribuições dos responsáveis pela administração do ensino.

CONCLUSÃO

Reconhecemos o quanto ficou limitado esse trabalho , mas, mesmo assim, esperamos não ter fugido muito daquilo que nos propusemos falar, e também ter trazido `a tona algo que mesmo sendo atual, não tem tido a importância necessária, e que à luz da justa razão, deveria sempre estar em voga.

Todo o trabalho foi direcionado a um único objetivo, mesmo que não tenha sido aquilo que tínhamos em mente, porém , procuramos falar a verdade daquilo que observamos, criticando na maioria das vezes, crítica esta que nem sempre vem no sentido de um elogio, de um aspecto positivo, e tentando nos redimir de tal procedimento faremos em nossa conclusão, algumas sugestões.

Em face do exíguo tempo de duração do curso de técnica de ensino, sugerimos que a confecção e apresentação da monografia, passe a acontecer após a conclusão do curso, num período compreendido entre dois e seis meses, com um tema na área de ensino, porém, necessário se faz que o aluno tenha mais liberdade para realizar o trabalho que melhor lhe aprouver, su—gestão esta para falarmos da inviabilidade da monografia para

o CTE.

Seria bom se começássemos a pensar em uma gratificação de ensino mais condizente com a importância do ensino para nossa corporação, sugerimos que estipule um valor para cada aula ministrada, e ao final do mês, seja multiplicado pelo número delas, desta forma o instrutor pensaria um pouco mais antes de faltar alguma aula.

Na tentativa de não deixar que o aluno estagiário seja um mero reforço às escalas de serviço, sugerimos que o comando da corporação, designe comissões compostas de oficiais de diversas unidades, para naquele período acompanhar e orientar o discente estagiário, para uma posterior avaliação.

A transferência de oficiais que labutam na área de ensino, só deve acontecer ao término do período letivo, ou no mínimo após concluir algum trabalho que tenha iniciado.

Visto que já dispomos do curso de especialização, acreditamos que o CTE, tanto para oficiais como para sargentos, aconteça anualmente, e a criação da especialização em técnica policial militar, na atual conjuntura, seria de muito bom tamanho.

Imaginamos que todo oficial do QOPM passa por um momento difícil, e este é exatamente o aspirantado, pois, com uma enorme carga de teorias na cabeça, nada sabe com profundidade, e desta maneira propomos que nos últimos seis meses de

curso, se faça um exame de aptidão e faça uma especialização di
recionando para determinada área, daí imaginamos ser possível o
aspirante atuar com maior segurança.

BIBLIOGRAFIA

1. ANTÔNIO, José Tobias. História da Educação, São Paulo, Editora Juriscredi Ltda., 1972.
2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1969 e 1988.
3. GUISEPPE, Imídio Nerici. Didática Geral Dinâmica, São Paulo, 10ª edição, Editora Atlas, 1989.
4. NPCE - 90-91.
5. PORTARIA nº 71/DEP de 10-12-87 (NMA)
6. PORTARIA nº 71/DEP de 10-12-87 (NPMIMA).
7. PLAMAS - CFO - CFS.